

Epistemologias das Sociedades Ideais: Alguns sabores diferenciados possíveis em um espaço reflexivo

*Epistemologies of Ideal Societies: Some different and
possible flavors in a reflexive space*

Jairo Getulio Ferreira | ferreira@unisin.br

Professor Titular II do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS. Pós-doutor em comunicação pela UNR (Argentina). Formado em Jornalismo (UFRGS, 1982) e Ciências Econômicas (UFRGS, 1992), é mestre em Sociologia (UFRGS, 1997) e doutor em Informática na Educação (UFRGS, 2002), com sanduíche nos Arquivos Jean Piaget e na Unidade de Tecnologias Educacionais da School of Psychology and Education, University of Geneva (2000).

Resumo

O artigo discute as proposições de Erick Felinto (2011) sobre a epistemologia da comunicação. No artigo, discutimos alguns tópicos que consideramos centrais em seus argumentos: o reconhecimento das reflexões epistemológicas no Brasil, a diferença entre teoria e epistemologia, política e epistemologia, e a comunicação como objeto inclusive no âmbito dos processos midiáticos. Além de reiterar a questão de campo como um dos eixos de reflexão epistemológica e a centralidade da comunicação como objeto de perguntas e proposições da área, desenvolvemos a proposição da epistemologia como espaço clínico-reflexivo coletivo.

Palavras-Chave: Epistemologia, comunicação, objeto, campo, obstáculo

Abstract

The paper discusses Erick Felinto's propositions on epistemology of communication. In the article, we discuss some topics that we think are the core ones in their arguments: the recognition of epistemological reflections in Brazil, the difference between theory and epistemology, politics and epistemology and communication as object including in the scope of media processes. Besides reiterating the field issue as one of the axis of epistemological reflection and the centrality of communication as object of questions and propositions of the area develops the proposition of epistemology as a collective clinical and reflexive space.

Keywords: Epistemology, communication, object, field, obstacle

Sobre aqueles que refletem sobre sua disciplina, seus saberes ou seus métodos, paira hoje uma suspeita de inutilidade, de gasto luxuoso de tempo, que marcaria uma ausência de trabalho de pesquisa ou a chateação do trabalho “de campo”. Alguns desqualificam antecipadamente toda reflexão teórica, metodológica ou epistemológica como fútil, estéril, pretensiosa ou prolixa. Evidentemente esses são sempre os que tem um interesse todo particular em manter a situação da ordem científica, cuja teoria, metodologia e epistemologia decorrem naturalmente. Não tem nenhum interesse em ver a chegada de novas reflexões (forçosamente pretensiosas, malévolas ou estúpidas), sobretudo quando elas abrangem caixas conceituais que se acreditava que estavam fechadas para sempre. A desqualificação é sempre mais fácil e, em todo caso, e forçada a mostrar seu motor quando os que começam a refletir não abandonaram o caminho da pesquisa e voltam a ela mais animados, quando suas reflexões coletivas melhoram a qualidade de seus trabalhos empíricos e amplificam a sua imaginação sociológica em matéria de construção dos objetos. A reflexão teórica, metodológica ou epistemológica, quando é lição tirada do trabalho de pesquisa e convite a voltar a profissão, não tem nada de um antecedente inevitável e um pouco terrorista a pesquisa, que impediria a própria investigação por medo da falta cometida. Por outro lado, sua desqualificação sistemática e uma forma disfarçada de terrorismo intelectual!.

Bernard Lahire. *O Homem Plural*, Vozes, Página 13.

Introdução

Neste ensaio, dialogamos com perguntas e proposições de Erick Felinto (2011) em artigo publicado no congresso da Compós e, posteriormente, na revista Eco-Pós¹. A base é o texto apresentado na Compós, disponível da biblioteca do *site* da Associação. Nesse texto, Felinto desenvolve um conjunto de proposições encadeadas sobre a epistemologia do campo, a comunicação como objeto, articuladas em torno de sua perspectiva teórica e de investigação sobre as mídias digitais.

Nesse sentido, a citação acima de Lahire é uma crítica a todos os que, ao contrário de Felinto, se negam a um debate público sobre as diferenças. A atitude do pesquisador, pelo contrário, é de, paralelo à sua pesquisa específica e particular, desenvolver, no espaço epistemológico, as discussões correlatas que possam enriquecer o campo com suas descobertas.

De acordo com Francisco Pimenta, Felinto critica “a tentativa da definição do que seria, propriamente, ‘o campo comunicacional’, na medida em que essa estaria esvaziando os debates epistemológicos da área, que deveriam avançar e se aproximar, assim, da cibercultura” (Cf. PIMENTA, 2011). Neste artigo, o foco de nossa argumentação é sua proposição de que “já se viu como, no Brasil, boa parte dos esforços da teoria da comunicação tem se dedicado a legitimar o campo e prescrever procedimentos epistêmicos” (FELINTO, 2011, p. 10).

A importância dessa discussão está em replicar sua formulação em vários sentidos: primeiro, como resposta a uma fala endereçada, buscando elementos para o diálogo em cada uma de suas frases que considere pertinente; segundo, trata-se de uma tentativa de fidelidade às suas formulações, pois o citamos no

desenvolvimento de nossos argumentos; por fim, retomamos nossas argumentações originais (FERREIRA, 2003), e comentadas no artigo de Felinto, mas com uma atualização das proposições de então. Principalmente, se trata de dialogar com perspectivas críticas que podem, em nossa percepção, condensar um conjunto de ambiguidades em circulação na área sobre a epistemologia da comunicação, e do GT da Compós que tem esse tema como eixo.

O reconhecimento

No artigo citado, o reconhecimento da epistemologia como espaço de investigação na área da comunicação é colocado em tensão: de um lado, no Brasil, em queda; por outro, no plano internacional, em alta:

Tanto na Compós quanto na Intercom, a pequeníssima popularidade dos grupos de trabalho ligados à epistemologia da comunicação constitui apenas um fragmentário indício de uma situação mais ampla que se manifesta nas escolas de comunicação, seja em nível de graduação ou de pós-graduação. Tudo isso sugere que a chamada “teoria da comunicação” parece ser o patinho feio dos eixos articuladores de pesquisa no campo. Esse baixo apelo e os pequenos índices de produção acadêmica, em termos comparativos com outros recortes, chamam atenção precisamente em um cenário que, internacionalmente, se caracteriza por um interesse crescente pelas abordagens teóricas e por estudos de natureza exploratória. Por que razão isso acontece? Quais seriam os motivos dessa nossa “timidez teórica” e em que sentidos ela parece estar em choque com o que se passa no resto do mundo? (FELINTO, 2011, p. 2).

Essa proposição de Felinto (2011) não é tão evidente assim, dependendo dos dados evidenciados. Destaco minha concordância com Francisco Pimenta, quando afirma que:

Ao contrário (do que afirma Felinto – registro meu²), em sua última edição, de 2011, o GT foi um dos mais disputados em termos do número de inscritos, com trabalhos de excelente qualidade, vindos de pesquisadores reconhecidos na área, e atraiu público variado e numeroso. A taxa de renovação dos apresentadores de trabalhos foi de 80%, sendo notável a presença de iniciantes na carreira acadêmica. Nos anos anteriores, embora não tivesse atingido esses índices, a procura pelo GT esteve dentro da média dos demais. Deve-se considerar, ainda, o expressivo número de trabalhos de caráter epistemológico que vêm sendo apresentados em outros GTs da Compós, dos quais o próprio texto de Felinto é um exemplo. (PIMENTA, 2011, p. 2)

Nos processos de reativagem, há o reconhecimento dos coordenadores e de PPGs. Com seus dez anos de existência, o GT é um dos “irmãos mais velhos” da Compós. Ou seja, expressa uma preocupação, de certa forma consensual, existente nos PPGs da área da comunicação no Brasil. Se considerarmos que a epistemologia busca interpretações ao conjunto de questões direcionadas às relações entre sujeito e objeto, método e metodologia, disciplina e campo, o “tema” tem ocupado um espaço considerável nos últimos anos – bem além do que ocorre no GT. Mas não só. É objeto de reflexões críticas e desafiadoras de diversos pesquisadores da área.

Por outro lado, é verdade que, no plano internacional, há um fluxo de discussão do tema ‘epistemologia’. É um eixo constante dos três últimos encontros da Sociedade Francesa de Ciências de Informação e Comunicação³; um dos eixos do congresso da Alaic em 2012 (o eixo ‘campo e disciplina’)⁴ e; inclusive, o tema-pergunta da Intercom 2011 (“Quem tem medo da pesquisa empírica?”) pode ser abordado como epistemológico.

Portanto, há indicadores suficientes para concluir que, não só internacional mas também nacionalmente, o tema epistemologia tem um grau de reconhecimento. Esse reconhecimento é proporcional aos processos de anomia cognitiva, de ausência de referências compartilhadas, em termos de objeto, método e metodologias, e concepções sobre o caráter interdisciplinar, transdisciplinar ou multidisciplinar da área.

Ainda nesse aspecto – tensão entre o local e o internacional –, Felinto pergunta: “por que somos tímidos em produzir teorias?” (Cf. FELINTO, 2011). Essa preocupação deixa um fiapo para pensarmos sobre a importância da teoria, ou da epistemologia, de forma indissociável de um saber, pensamento e conhecimento internacional. Articular processualidades que ocorrem aqui, no Brasil, com o que ocorre internacionalmente nos parece ser uma das questões centrais do debate epistemológico. É mera coincidência o fato de que isso aparece, numa perspectiva, em um dos eixos do evento da Alaic em 2012⁵, parafraseando: para onde vamos? Para o norte, para o sul, ou lugar algum, ficando aqui, no local?

A força da questão epistemológica é correlata à infância ou maturidade de uma área de conhecimento, especialmente no Brasil, onde a produção dos campos epistemológicos enfrenta-se com a problemática das relações de poder e saber internacionais.

Um grande exemplo está na sociologia na década de 50, num processo contemporâneo à afirmação do núcleo de Florestan Fernandes, Fernando Henrique e Octávio Ianni, esse campo enfrentou esse embate epistemológico, liderado, em outro polo, por Guerreiro Ramos⁶. Nesse percurso da sociologia, percebemos caminhos em jogo para pensarmos essa relação entre as heranças teóricas (especialmente, do norte) e nossas reflexões, de nossos pares do sul e os locais. Elas indicam a importância da epistemologia (o debate da nascente sociologia brasileira como espaço acadêmico se nutriu da discussão sobre objeto e método, imbricado na discussão do étnico, do nacional e do internacional). Independente do caminho a ser construído, o principal, aqui, é superar o senso quase comum de que epistemologia é desnecessária como tema; que ela é resolvida na prática da pesquisa; que não é necessário pensar o que se pesquisa. Pelo contrário, mostra que o debate está “à flor da pele”, porque no Brasil – assim como na América Latina – as matrizes epistemológicas e teóricas estão em permanente tensão com os contextos sociais em mutação: democracia, nacionalismos, populismos, ditaduras, desenvolvimentismo; a questão da razão em diversas culturas, no ocidente, no oriente, no sul, no norte etc.

Relação com as teorias

Conforme a citação no início da seção acima, Felinto afirma que “tudo isso sugere que a chamada ‘teoria da comunicação’ parece ser o patinho feio dos eixos articuladores de pesquisa no campo” (FELINTO, 2011, p. 2). Há aí uma ambiguidade, que destacamos no sentido de elucidação. Em baixa, a epistemologia local; em alta, no plano internacional, a teoria. Essa justaposição dificulta a validade do argumento, pois se tratam de “produtos diferentes”.

Qual a diferença entre teoria e epistemologia? Compreendemos que uma teoria é um conjunto de relações evidenciadas sobre determinados processos que analisa. Na perspectiva que trabalhamos, à epistemologia interessa a compreensão do processo de construção, nas interações entre os pares, dessas relações teóricas ou hipotéticas. Uma epistemologia das práticas de investigação no campo acadêmico visa ações, interações, discursos, método e metodologias, delimitações de objetos, posições dos indivíduos em investigações, relações com as disciplinas e com o campo de conhecimento onde pretende estar inserido o esforço de construção teórica.

Na perspectiva que desenvolvemos aqui, epistemologia tem como objeto a análise do conjunto de operações (especialmente as lógicas, mas não só) de produção de conhecimento. Isso não exclui, como afirmamos, a observação de que há um processo, dinâmico, de reconhecimento e superação, constante, conforme os contextos de produção, desde os intra-institucionais, até o macro (antropológicos, sociológicos, político, psicológicos e tecnológicos).

O estudo deste processo requisita métodos diversos, como podemos observar em diversos trabalhos da área destinados a esse objeto (a epistemologia): entrelaçam lógica, filosofia, história (gênese), análise das transformações, das ações e interações, discursos e formas de legitimação dos estados (da arte) de conhecimentos socialmente construídos.

É, portanto, diferente de teoria. A teoria é um resultado dessas operações, sejam elas explícitas ou implícitas. Nesse sentido, num movimento reverso é possível descobrir as operações a partir da desconstrução do resultado dessas operações. Elas atingem ou não o plano das relações formais e, nesse sentido, podem ser também concretas, quando visíveis em determinadas ações e interações. Ou seja, há um saber (pensamento) comunicacional na sociedade que possui um fundo epistêmico, incluindo suas aparências, mesmo que não tenha a razão como princípio⁷, mas que tem uma continuidade em relação ao saber científico, impulsionado-o ou bloqueando-o (no sentido dos obstáculos epistemológicos).

O trabalho epistemológico de uma área – ou campo de conhecimento – é, nesse sentido, meta teórico, mesmo quando adota as tentativas teóricas como objeto de estudo.

A dificuldade das epistemologias de sociedades ideais

Outra ambiguidade se refere à nuance da norma (regra, relação, lei e códigos jurídicos e legislativos) como jurídico-política e da regra (ou norma) como fenômeno pertinente com processo de construção social do conhecimento. Vamos reunir as citações, em parágrafos, para evitar o diálogo sintagmático:

Um rápido inventário dos trabalhos apresentados nos encontros do GT de Epistemologia da Comunicação da Compós indica que temos feito investimento de tempo considerável na definição do que significa o “campo da comunicação”. Ainda que se reconheça (e seria muita ingenuidade não fazê-lo) que as considerações epistêmicas são sobredeterminadas por questões de ordem política e de outras naturezas, o tom dominante na maioria dos trabalhos é o da necessidade do estabelecimento de um locus de legitimação essencialmente epistemológico do discurso teórico sobre a comunicação. É imperativo estabelecer fronteiras, marcar territórios e prescrever procedimentos, independente da admissão de que o campo é, pelo menos em parte, uma ficção útil. Para muitos, inclusive, o que garantiria a suposta unidade do campo comunicacional seria a noção de mídia. (FELINTO, 2011, p. 3).

E, nesse parágrafo, em nota de rodapé, calcula Felinto, baseado na biblioteca da Compós, que “entre cerca de 90 trabalhos durante os anos de 2001 e 2010, pelo menos 35 tratam diretamente do tema – *do campo da comunicação (registro meu)*, sem contar os que o abordam de forma indireta ou acidental” (Cf. FELINTO), citando nosso texto (FERREIRA, 2003) como um exemplo disso. Nesse artigo, produzido há dez anos, proponho uma diferenciação entre campo acadêmico e campo epistemológico como chave para pensar a separação entre epistemologia e política. Nele construíamos uma crença epistemológica elaborada a partir de Bourdieu e Piaget, buscando, nesse último, chaves para pensar uma diferenciação em relação ao primeiro, incluindo a crítica à referência racionalista em Bachelard (e, nesse sentido, propúnhamos uma continuidade entre saber dito de “senso comum” e as epistemologias reunidas no campo acadêmico moderno, mais do que uma ruptura).

Ao invés de propor a descoberta de uma norma que regule a área de conhecimento, sugeríamos que essa norma devia ser investigada nas interações entre os pesquisadores, em suas construções (na época, chamei isso de estruturas interpretativas), compartilhadas e diferenciais. Certa dose de idealismo, herança do marxismo, sustenta isso como possível, mesmo no meio de embates institucionais e de regulações pertinentes com o jogo de interesses. Ou seja, em nenhum momento sugeríamos a definição de uma navalha. Pelo contrário, se tratava de uma posição inclusiva, de busca da interação entre os diferentes, como espaço de construção das normas compartilhadas do saber (algo como o autogoverno dos trabalhadores do saber).

Os limites e possibilidades da validade dessa proposição de norma (enquanto referência de produção do conhecimento, acentuo) são os contextos, enfim, em alguma medida, “as considerações epistêmicas são sobredeterminadas por questões de ordem política e de outras naturezas?” (FELINTO, 2011, p. 3). Mas, mesmo aí, a epistemologia se faz necessária para problematizar, questionar, tensionar, subtrair, das interações, mesmo que dominadas por outras normas, uma reflexão que permita a descoberta de relações possíveis e reais nos fenômenos analisados.

Ou seja, a norma não é um elemento estranho a um coletivo. Visto que pode ser resultado de uma obra coletiva. É quando a norma indica autonomia e capacidade de autogoverno de coletivos. Na ausência deste, em geral, a entropia e a anomia produzem forças contrárias – normas exógenas, heterônomas, autoritárias, para disciplinar a utilização dos recursos escassos. É quando a política se faz autoridade do saber, com suas formas e normas específicas. A política substitui, então, o conhecimento epistêmico.

Mas não se restringem a isso os limites dos processos de normatividade internas. As transformações históricas, a crise da ciência moderna e do Estado⁸, da própria razão, colocam em questão os formatos de regulação e institucionalização inclusive dos campos acadêmicos. Felinto indica esse processo na perspectiva de ocorrência interna à área:

Apesar do grande êxito, mesmo certas zonas nas adjacências deste pólo não foram completamente revitalizadas pelo Pólo do Rio Antigo (ou da Lapa). Ou seja, os interesses dos empresários locais e a ação do Estado não re-significou completamente algumas partes da periferia do pólo. Assim, nos locais em que a lógica mercantil ou instrumental do Estado não tem sido efetiva, o ativismo musical (a lógica sensível) tem se feito presente de forma fundamental. Inclusive, vários frequentadores entrevistados no levantamento preliminar realizado afirmam que localidades como a da Rua Monte Alegre e a Praça Tiradentes, especialmente após o horário do *happy hour* ou à noite, são áreas em que – até bem pouco tempo atrás – temiam circular. Referem-se ao contexto atual em que se instalam temporariamente ali respectivamente os grupos musicais de jazz – no caso o *Monte Alegre Hot Jazz Brasil* e o *Nova Lapa Jazz* – como um momento importante de “re-ocupação” e ampliação do “direito a cidade”.

De fato, em muitos dos estudos sobre o tema, parece tratar-se de uma angústia que apenas uma boa terapêutica epistêmica poderia curar... No artigo de Nordenstreng, o termo ‘busca espiritual’ (soul searching) é tão sintomático quanto as “angústias do campo” de Ferreira. Em uma situação em que muitas das antigas certezas parecem evaporar por completo, o pesquisador da comunicação vê se esvaírem os fundamentos epistêmicos que lhe garantiam um mínimo de identidade profissional e institucional (FELINTO, 2011, p. 4-5).

Nesse aspecto, várias questões retornam à problemática do campo, duas décadas depois dos primeiros de registro da crise dos paradigmas: o que é um campo em sociedade em processo de dispersão e crise dos próprios campos? Como compreender norma e campo quando a questão do indivíduo eclode no cenário fora do campo ou contra o campo? Como isso atravessa o campo acadêmico e a epistemologia construídos em nome do científico?

Essas questões estão atualizadas também pela diferenciação entre o senso comum e as práticas, que é central para compreender as “epistemologias espontâneas” (inferências) produzidas na cultura, assegurando

a perspectiva do senso crítico. O senso comum reúne um amálgama de percepções, discursos, intuições, sensações, ações e interações que abrangem usos e práticas. Diverso das práticas, que são esquemas, estruturas ou sistemas de produção do social estabilizados, aceitos, compartilhados, exatamente porque inferidos no processo histórico que os produz, sendo requisitos a coordenação de ações sociais – incluindo suas relações e interações com a natureza.

A epistemologia que emerge das práticas pode ser referência e identidade de uma determinada sociedade – inclusive daquilo que possamos solicitar como sociedade da comunicação – com suas singularidades. Esse sentido fortalece as epistemologias das práticas de ofícios, mas a elas não se restringe, na medida em que são particulares às práticas midiáticas, mas desde que também em relação com outras práticas sociais em construção nos processos de comunicação.

O limite dessa perspectiva decorre da própria fragilidade e fugacidade das práticas em determinadas formações, como é o caso do Brasil. Inversamente, se fortalecem os processos de usos e interações. O aqui e agora tende a um peso maior do que as heranças de esquemas, estruturas e sistemas do passado, e sua conservação no futuro:

Essa tendência vem se sobrepondo e superando (inclusive no sentido de integrá-la) outra epistemologia que teve seu apogeu na área: as epistemologias da linguagem. Mas por que essa epistemologia, a da linguagem, perde espaço na área? No âmbito das relações que estamos estudando, a fragilidade das epistemologias da linguagem decorre da tensão, não resolvida socialmente, entre linguagem, sentido e discurso. Nas sociedades das práticas (um tipo de sociedade ideal⁹), as relações entre linguagem, sentido e discurso são dissonantes, mas preenchidas por ressonâncias diversas que produzem um senso partilhado do social. E, nesse sentido, as epistemologias da linguagem são centrais para compreender os processos sociais. Nas sociedades dos usos e interações (outra sociedade ideal), os códigos de linguagem são esgarçados, traídos, subtraídos e transformados em códigos outros, inferidos, das interações.

Essa característica de nossa formação social e comunicacional tende a enfraquecer o valor do trabalho epistemológico nos termos clássicos como se colocou nas sociedades hegemônicas pelas práticas (como, por exemplo, na Europa). Perante essa fragilidade, há uma tendência em buscar uma epistemologia que adota, como referência, a técnica (incluindo soluções do tipo o jornalismo como forma de conhecimento; uma epistemologia diferenciada conforme técnicas de relações públicas, publicidade, cinema etc.), quando não a própria tecnologia (a exemplo das tecnologias digitais fundando uma nova epistemologia). A sociedade tecnológica emerge, aí, como a terceira sociedade ideal.

Ponderações sobre as materialidades

Nesse ponto, podemos refletir a problemática das materialidades da comunicação. Coerente com sua formulação anterior, Felinto traz uma série de proposições e questões de cunho epistemológico, relacionadas à sua perspectiva de pesquisa. Seguindo a ordem lógica de nossa argumentação, destacamos de seu artigo as seguintes proposições: crítica ao esquecimento da componente tecnológica e dos meios nos estudos de comunicação; um retorno a esse tema como pressuposto do fortalecimento das reflexões teóricas da área, tomando considerações, em especial, as “mídias digitais”. Em passagem substancialmente epistemológica, se alinha com a retomada do debate dos modelos teóricos da comunicação e questiona, ao mesmo tempo, a comunicação como objeto válido nos estudos sobre as mídias.

Sobre as tecnologias e sobre os meios, destacamos dois parágrafos. Numa ordem que segue nosso argumento, o primeiro, quando afirma que:

E, notadamente, a história das teorias e dos métodos de pesquisa em comunicação apresenta um viés quase que exclusivamente hermenêutico. De análise de conteúdo aos estudos de recepção, trata-se essencialmente de interpretar sentidos. Nesse circuito, o componente propriamente tecnológico e material dos meios foi quase que inteiramente esquecido (FELINTO, 2011, p. 6).

E num parágrafo anterior, que é sua proposição inicial no artigo:

Além disso, quero sugerir que é no horizonte dos estudos de mídia (mais especificamente, as novas mídias digitais) que talvez possamos encontrar elementos para um resgate da importância e dignidade da teoria (FELINTO, 2011, p. 2, grifos do autor).

Interessante o uso do termo “dignidade”. Um sintagma que nos convida a pensar a área em suas pretensões de respeitabilidade, amor-próprio, de consideração em si como produtora de conhecimento. Algo que já foi dito em outros textos importantes neste GT. Imagens convexas que ampliam nossa percepção, naquele ano, de crise de identidade, tendo como referência a metáfora do ego, no caso, coletivo, em construção (e, por isso, a angústia perante as incertezas). Lugar de chegada das epistemologias apelativas.

Nesse espaço, Felinto sugere que uma das relações que pode nos proteger (digo, transicionalmente) é definida pelas transformações dos processos de comunicação derivados das mídias digitais:

“Em trabalho bastante inovador no contexto de então, Afonso Albuquerque indicou como as novas mídias digitais colocaram em cheque os modelos teóricos tradicionais (e mesmo a identidade do campo) da pesquisa em comunicação, até então pautada pelo paradigma emissor-mensagem-receptor (E-M-R) característico da mass media research (2002) (FELINTO, 2011, p. 6).

Aqui uma concordância (como todos os riscos de seus efeitos ideológicos em nossa argumentação), pode ser reduzida com uma observação: o conjunto de pesquisas e autores que se referem à transformação dos processos de comunicação em relação às mídias digitais. Ou seja, esse foco de problematização torna-se,

especialmente na primeira década deste século, quase zona compartilhada de diversas pesquisas e discursos da área sobre as mídias digitais. Podemos citar desde autores reconhecidos internacionalmente (MIÉGE, 2012; PROUXL, 2010), passando por nossos pares (FELINTO, 2011; PIMENTA, 2011), numa rede que envolve teses e dissertações em produção (em diversos programas de pós-graduação). A ocorrência ou não de referência ao modelo canônico da comunicação (emissão-mensagem-recepção) é no âmbito desse objeto quase compartilhado, parte das escolhas teóricas dos pesquisadores, orientadores etc. Temos, aqui, um jogo, não finalizado, em desenvolvimento, sobre esses processos de transformação da comunicação vinculados às mídias digitais.

As pesquisas sobre isso estão em curso. A dificuldade está em reduzir o escopo dessas pesquisas aos ideais da cibercultura, ao invés de reconhecer que suas hipóteses, proposições e formulações devem ser integradas e diferenciadas em relação a outras possibilidades analíticas – ou, retomando nossos termos, a outras sociedades ideais (a das práticas, das interações, da técnica, do discurso etc.). A homologia que lembramos aqui é bem simples: os marxistas brasileiros acreditando que a luta de classes no Brasil ocorria como na Europa, agiram como se assim fosse. A sociedade da luta de classes (outra sociedade ideal), aqui, todos sabemos, não era a mesma.

Essa aproximação ao cerne do debate epistemológico provocado por Felinto nos permite comentar o último ponto que destacamos de seu texto:

Será, de fato, que hoje o papel central dos meios de comunicação é ‘comunicar’? Ou terão eles prioritariamente outras funções ligadas à regulação social e à produção de experiências de natureza não semântica? (FELINTO, 2011, p. 7).

A pergunta expõe a sua própria ambiguidade. Só um pesquisador contaminado pela ideologia dos meios pode ter a crença que “o papel central dos meios de comunicação é “comunicar” (FELINTO, 2011, p. 7). A pergunta talvez seja inversa: o que há de comunicação nos chamados meios de comunicação? Essa pergunta, inclusive, contempla outra: “ou terão eles prioritariamente outras funções ligadas à regulação social e à produção de experiências de natureza não semântica?”. Duas perguntas, assim, certamente produzem mais pesquisa empírica do que perguntas alinhadas à proposição de partida.

Ou seja, numa perspectiva epistemológica, essas perguntas não são excludentes. Só podem ser excludentes quando os pressupostos são definidos por sociedades ideais

Espaço clínico e público

Para efeitos de simples de argumentação (embora isso possa ser considerado teórica e filosoficamente), sugerimos, como “elo” de uma tentativa de conclusões, uma proposição: o ponto central da área continua sendo a pergunta sobre o que é e como existe comunicação, inclusive, e, especialmente, quando se investiga os

processos em torno do tema mídia. Isso não nega a proposição feita por muitos de que a comunicação não existe e, talvez, nunca tenha existido. Que tenha se transformado, no século passado, na última das utopias (PROUXL, 2011).

Retomo aqui as metáforas para pensar isso: seria a comunicação um objeto perdido? Isso porque não o encontramos, porque nos perdemos com ele ao buscá-lo em labirintos ininteligíveis. Perdido porque não é possível recuperá-lo, desamparado, um *objeto-flaneur* contagiado por sua evanescência? O que fazer perante isso, na perspectiva epistemológica? Uma perspectiva epistemológica está comprometida em investigá-lo, mais do que defini-lo com precisão, de maneira que possa encerrar e finalizar a própria investigação.

Trata-se, nesse sentido, de uma relação mais generosa. Se alguns optam, perante a percepção de que algo se ausenta nas interações – a comunicação –, pelo pensamento crítico, temos que encarar a função epistemológica dessa posição de um quase canibal, que se alimenta com restos e fragmentos discursivos sobre o objeto perdido, lembrando-nos o risco da melancolia. Nesse caso, perante o sofrimento decorrente da dificuldade de encontrar o objeto ausente, podemos nos recolher em cavernas como ermitões.

Outros, ao optar pela transferência, tendem, muitas vezes, ao delírio: veem comunicação em tudo, ou seja, transferem esse objeto para todos os outros que enxergam, inclusive quando falam de mídia.

O espaço epistemológico, nesse sentido, deve observar mais que a norma (ou essa é a sua norma, em nossa perspectiva), deve buscar o descentramento perante a diversidade, aceitando a provocação pública de seus pressupostos, pois é disso que sobrevive. Ou seja, não se apega a paradigmas, mas sim às perguntas cruzadas, às diversas proposições em jogo no exercício reflexivo. Nesse sentido, trata-se de um tipo de clínica diversa da psicanalítica: uma clínica sócio-epistêmica. Nesse sentido, sim, pode ser, uma “boa *terapêutica epistêmica*” (Cf. FELINTO, 2011, p. 3, grifos do autor).

Mas para bem realizar o processo clínico coletivo, é necessário aguçar os sentidos, diferenciar os sabores distintos, superando o delírio e a melancolia. Qual o sentido desse esforço?

1. Tentar superar práticas, usos e interações correlatas aos olhares que desenvolvemos, mesmo que isso requisite uma postura resistente perante os limites contextuais em que estamos. Ou seja, trata-se de investigar as sociedades ideais, mais do que afirmá-las (ideologicamente).
2. Desenvolver um refinamento de premissas que questione as sociedades ideais.
3. Nesse sentido, a pesquisa deve superar as próprias tautologias, ou seja, as minhas/nossas sociedades ideais.
4. E, com esses esforços, produzir novas interações entre os pares – incluindo aí os em formação.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990a.
- FELINTO, Erick. *Da teoria da comunicação às teorias da mídia*. Ou, temperando a epistemologia com uma dose de cibercultura. Artigo foi apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Cibercultura”, do XX Encontro da Compós, na UFRGS, Porto Alegre, RS, em junho de 2011.
- FERREIRA, Jairo. *Campo Acadêmico e Epistemologia da Comunicação*. In GT EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO DA COMPÓS, 2003, Recife. Anais... Recife: UFPE, 2003.
- FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia* (1915). ESB, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- LAHIRE, Bernard. *O homem plural*. Vozes, 2003.
- LIEDKE FILHO, Enno D. 2003a. *Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas*. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 376-437.
- MIÉGE, Bernard e VINCK, Dominique. *Les masques de la convergence. Enquêtes sur sciences, industries et aménagements*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines. 2012.
- PIMENTA, Francisco José Paoliello. *Jogos, Redes Sociais e a crise no campo da Comunicação*. Trabalho apresentado ao Eixo Temático “Jogos, Redes Sociais, Mobilidade e Estruturas Comunicacionais Urbanas”, do V Simpósio Nacional da ABCiber, na UFSC, Florianópolis, SC, em novembro de 2011
- PROULX, Serge . *Web Social: Mutation de la Communication*. Paris: PUF, 2010

Notas

1. Revista Eco-Pós V. 14, N. 1 de 2011.
2. Pimenta comenta a seguinte passagem do artigo de Felinto: “Os números são, de fato, bastante desanimadores. Nos anos de 2007 e 2008, por exemplo, o GT “Epistemologia da Comunicação” da Compós, recebeu respectivamente, apenas 9 e 12 trabalhos. No ano de 2002, o GT contou com apenas seis pesquisadores. Infelizmente, o site da associação não registra dados de outros anos. Cf. www.compos.org.br.”
3. Em 2008, sob o título “Epistémologie des SIC : émergences, opportunités, affirmations”; em 2010, “Regards, lectures, épistémologie en SIC”; 2012, “Epistémologie et conditions de la recherche en information – communication”. Ver em <http://www.sfsic.org/accueil>.
4. O eixo é intitulado “La construcción del campo comunicacional: ciencias sociales, tecnologías y diálogos transdisciplinarios”. Ver em <http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/ejes>.
5. No eixo intitulado Comunicación y pensamiento crítico latinoamericano: interculturalidad y decolonialidad, se discute. Mestizaje, hibridación, procesos de

aculturación y conformación de nuevas identidades culturales, han signado los fenómenos ante los que el pensamiento sobre comunicación en nuestro continente ha tenido que enfrentarse. El debate sobre las particularidades de estos procesos sigue abierto y reclama un nuevo impulso, en un contexto mundial propicio para ello. Tras la hegemonía de discursos neoliberales y posmodernos en tanto nuevas versiones provenientes de los centros occidentales de concentración de poder, se vislumbra el espacio para la construcción de perspectivas alternativas. Perspectivas críticas de los modelos y matrices que sostenían y sostienen las relaciones de subordinación y negación de las singularidades propias del mosaico de culturas latinoamericanas. Que proponen diálogos interculturales con saberes y epistemologías habitualmente ignoradas o desvalorizadas, como las provenientes de los pueblos originarios del continente. ¿Cuáles pueden ser las vías de desarrollo para un pensamiento autónomo, que escape a las dicotomías propias de la modernidad occidental y a las parálisis de la posmodernidad en tanto acabamiento y sojuzgamiento de toda emancipación? ¿Qué papel juega la diversidad y el rico patrimonio de herencias culturales presentes en nuestro continente para poder pensarnos desde otro lugar, de otra manera, más allá de la colonialidad? ¿Cómo se ubican los estudios de comunicación en este debate?

6. “Os anos 50 foram marcados também pelo surgimento da proposta de uma “Sociologia Autêntica”, nacionalista, que buscava contribuir para o processo de libertação nacional e que tem na obra de Guerreiro Ramos (1957 e 1965) sua referência principal. Teoricamente, a controvérsia entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes dominou a cena da comunidade sociológica brasileira durante esse período, tendo por fulcro central a questão da particularidade e/ou universalidade do conhecimento social produzido no Brasil” (Lidke, 2000, 386). A crítica de Ramos era epistemológica: “Simetria, sincretismo, dogmatismo, dedutivismo, alienação e inautenticidade são as características da “sociologia enlatada” ou “sociologia consular”. A simetria e o sincretismo devem-se à adoção imediata, geralmente por justaposição, das orientações européias e norte-americanas mais recentes, sendo que “as orientações e tendências aparecem aqui, simetricamente, na mesma ordem em que surgem lá”, e “os nossos autores estão sempre dispostos a fazer aqui a conciliação de doutrinas que, nos próprios países de origem, são incompatíveis” (Ramos, 1957, p. 20). O dogmatismo “consiste na adoção extensiva de argumentos de autoridade na discussão sociológica, ou em certa tendência a discutir ou avaliar fatos através da mera justaposição de textos de autores prestigiosos” (Ramos, 1957, p. 20). O dedutivismo decorre diretamente do dogmatismo, pois “desde que se empresta aos sistemas estrangeiros o caráter de validade absoluta, eles passam a ser tomados como pontos de partida para a explicação dos fatos da vida brasileira” (Ramos, 1957, p. 21)... A alienação da Sociologia brasileira decorre de que ela não é, em regra, fruto de esforços tendentes a promover a autodeterminação de nossa sociedade, sendo que o sociólogo brasileiro tem realmente assumido uma atitude perfeitamente equivalente à do estrangeiro que nos olha a partir de seu contexto nacional e em função deste nos interpreta (Ramos, 1957, p. 22). A inautenticidade “é o que resulta de todas as características anteriores”, pois, “o trabalho sociológico, em nosso país, não se estriba em genuínas experiências cognitivas”, sendo que, “em larga escala, as categorias e os processos que o sociólogo indígena usa são recebidos, por ele, pré-fabricados” (Ramos, 1957, p. 23).” (idem, p. 393-4).
7. “A ação comandada pelo ‘sentido do jogo’ tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio. Basta pensar na decisão instantânea do jogador de tênis que sobe à

rede fora de tempo para compreender que ela não tem nada em comum com a construção científica que o treinador, depois de uma análise, elabora para explicá-la e para dela extrair lições comunicáveis. As condições para o cálculo quase nunca são dadas na prática: o tempo é contado, a informação é limitada, etc. E, no entanto, os agentes fazem, com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, 'a única coisa a fazer'. Isso porque, abandonando-se às intuições de um 'senso prático', que é produto da exposição continuada a condições semelhantes àquelas em que estão colocados, eles antecipam a necessidade imanente ao fluxo do mundo" (Bourdieu, 1990a:23).

8. Ver, sobre isso, debate entre sociólogos francófonos: <http://congres2012.aislf.org/pages/page12.php>.
9. Falo em sociedade ideal de forma homóloga como Weber fala de tipos ideais, mas também direcionada a formas utópicas.